

Em defesa do Ensino Artístico Especializado

Rita Nunes*

Neste conturbado momento em que o economicismo teima ser o maior dos valores, substituindo-se o debate pela prepotência, uma importante vertente do sistema educativo caminha perigosamente para a ruptura se não mesmo para a sua extinção. Falo do ensino artístico vocacional do qual faço parte enquanto professora da Escola de Música do Conservatório Nacional.

A ameaça que, em geral, pende sobre o sistema educativo, estende-se, com particular vigor, ao ensino artístico especializado, tendo por base equívocos generalizados sobre o papel e contributo destas escolas no sistema educativo português.

A própria tutela, nos diferentes níveis da sua estrutura, ignora e confunde as necessidades e a diferenciação do Ensino Artístico Especializado.

A estranheza demonstrada pela MEC, quando confrontado com as dificuldades e problemas que as escolas atravessam é um reflexo do alheamento continuado sobre as singularidades deste ensino.

Estas escolas vêem-se amiúde confrontadas com a impossibilidade da aplicação de normas e regulamentos produzidos para a generalidade dos agentes de ensino. Ficam então sujeitos a longos tempos de espera por novas directivas, podendo facilmente adivinhar-se a instabilidade sentida. A displicência das medidas tomadas cria constrangimentos de várias ordens, prejudicando grandemente a missão destas escolas e os seus projectos educativos.

Importa desmontar este estado de confusão que, sobretudo, propicia a demissão das responsabilidades que a cada um cabe.

Desde logo, haverá que distinguir as duas grandes vertentes da educação artística: a genérica e a vocacional.

A educação artística genérica destina-se a todos os cidadãos, independentemente das suas aptidões ou talentos específicos, e deve fazer parte da formação geral dos alunos em todos os níveis de ensino.

A educação artística vocacional, por sua vez, tem como destinatários jovens que pretendem uma elevada formação artística especializada que responda às suas aptidões ou talentos

específicos. Esta formação é facultada apenas pelas escolas artísticas vocacionais, públicas e particulares e cooperativas/associativas, nos níveis básico e secundário, nas



**Os desafios
da docência**
perante o recuo dos direitos de cidadania
5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

áreas da dança, música, artes visuais e audiovisuais e cursos superiores inseridos no ensino universitário e politécnico com vista a uma futura profissionalização.

Não devemos, portanto, confundir a realidade destas escolas com o ensino regular onde a promoção e a oferta da formação artística mostra-se pouco relevante e insuficiente.

É pois neste quadro que residem os grandes problemas que estão na génese do movimento reivindicativo actual.

Nas escolas públicas deparamo-nos com um cenário muito para além de preocupante no que respeita a recursos humanos:

- O pessoal docente apesar de altamente qualificado para os grupos de recrutamento a que concorre, com mestrados e profissionalização, é na sua maioria, contratado anualmente o que dificulta a continuidade pedagógica, qualidade particularmente desejável neste ensino, entre outros constrangimentos.

- No presente ano lectivo, os professores contratados debatem-se por ver a sua contratação válida a 1 de Setembro uma vez que os horários foram disponibilizados tardiamente pelo MEC sem que este reconheça a sua responsabilidade. Para além da privação de salários até à data da assinatura da aceitação do horário, também a continuidade da carreira e o futuro acesso aos quadros está comprometida.

- Os professores integrados nos quadros da função pública em Concurso extraordinário viram os seus anos de docência ignorados pelo MEC que os relegou indiscriminadamente para o primeiro nível da carreira, alguns com mais de 18 anos de docência.

- A insuficiência de pessoal não docente, que, de resto, se verifica em todo o ensino, obriga a recorrer ao Instituto de Formação Profissional originando a constante necessidade de formação destes funcionários de modo a garantir a sua adequação às escolas.

Também nas escolas particulares se verifica uma situação gritante:

- Mais de 3000 professores e funcionários vivem situações de meses de salários em atraso por incumprimento do MEC no financiamento destas escolas. Espalhadas por todo o país, algumas delas correm mesmo o risco de encerrar.

Estas situações são apenas algumas das muitas que trazem a inquietação, incerteza e angústia ao quotidiano de professores, pais e alunos.

Assim, não posso também calar um problema, certamente comum a outras escolas, que muito me toca e emociona porque com ele convivo diariamente: o elevado estado de degradação do edifício da Escola de Música do Conservatório Nacional.

Esta é uma escola pública de ensino artístico de referência incontornável em Portugal, que comemora este ano 180 anos de existência e de onde saíram os principais vultos da nossa vida musical. Sedeada no edifício do antigo Convento dos Caetanos ao Bairro Alto, construído no séc. XVII, tem um inestimável valor patrimonial destacando-se o Salão Nobre inaugurado no ano de 1881, segundo projecto do arquitecto Eugénio Cotrim com pinturas no tecto de José Malhoa.

O edifício da escola, sem obras de conservação desde os anos 40, depara-se com problemas graves de segurança e salubridade com tectos caídos, ou em risco de cair, e chuva a entrar em vários espaços da escola. O material das salas, incluindo os pianos, é substituído por baldes e plásticos para minorar os efeitos das infiltrações. Perante o número elevado de salas que progressivamente foram ficando inutilizadas, a escola viu-se obrigada a realizar um plano de rotatividade de salas para não prejudicar sempre os mesmos alunos.

E, no entanto, todos os pedidos de intervenção no edifício feitos pelas várias direcções da escola bem como pelos pais e alunos, foram sistematicamente ignorados.

Como pode a tutela deixar a EMCN atingir este elevado estado de degradação?

Para quando a requalificação do espaço e a recuperação do Salão Nobre?

O que é preciso fazermos mais para sermos ouvidos?

Sei que infelizmente este não é caso único. É no entanto um caso paradigmático do estado de abandono a que se encontram votados o ensino, o património e, acima de tudo, professores e alunos.

O país não pode permitir-se desperdiçar tanto valor. Restar-nos-ia continuar a assistir à destruição do património edificado no passado, ao desperdício das nossas competências do presente e ao êxodo dos talentos do futuro.

Não o podemos permitir! Não o permitiremos!

Obrigada.

* Escola de Música do Conservatório Nacional